

# CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TRÊS SDRS DO EXTREMO-OESTE CATARINENSE

Alyne Sehnem\*

## Resumo

O conceito de capital social relacionado com o desenvolvimento econômico de regiões e países começou a ganhar importância na década de 1990 com o pesquisador Robert Putnam. O desenvolvimento desta pesquisa se inspirou inicialmente nas abordagens de Putnam e seu trabalho nas regiões da Itália. Além da abordagem do capital social foram analisados aspectos referentes aos indicadores de desenvolvimento local e econômico das regiões pesquisadas. Esta pesquisa objetivou mensurar os níveis de capital social de três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina (SDRs). Esse processo ocorreu por meio da realização de pesquisa qualitativa nos municípios pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regional sediadas nos municípios de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. A escolha dessas microrregiões para a realização do estudo ocorreu não somente pelas particularidades do processo de colonização e desenvolvimento da região Extremo-Oeste catarinense que conferem atributos significativos e diferenciais para a região a ser analisada, mas também por pertencerem a tal agrupamento de municípios: a Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). Para atingir o objetivo do trabalho foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com caráter quantitativo, utilizando o método, de pesquisa do tipo *survey*. O questionário aplicado à população observou uma amostra proporcional ao número de habitantes de cada município. Os resultados desta pesquisa demonstram que o objetivo geral foi confirmado, uma vez que foi possível visualizar a relação existente entre os indicadores de desenvolvimento regional e o capital social nas regiões analisadas.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento local. Itapiranga. São Miguel do Oeste. Dionísio Cerqueira.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema capital social, mesmo consagrado na academia, é um conceito abrangente e de uma pluralidade de utilizações. Esse fato gera dúvidas no que se refere à metodologia para a sua utilização (ARAÚJO, 2003). Nesse sentido, Baquero (2003) descreve a existência de aspectos relativos ao entendimento do tema, como sua significação, as possibilidades para a sua mensuração e a dependência ao contexto, que ainda precisam de esclarecimentos dos pesquisadores.

O capital social é um componente da teoria social considerado um elemento-chave para o ser humano e para o desenvolvimento econômico das comunidades. As razões que contribuem para o interesse nesse conceito são: o valor das relações sociais na vida social e as discussões

\* Mestre em Administração; Coordenadora do Curso de Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Maravilha e Mondaí; alyne\_smo@yahoo.com.br

econômicas; as transformações da sociedade e o papel do Estado; a importância das relações em rede para melhorar o desempenho econômico e a necessidade de conceitos para a compreensão da complexidade do ser humano (MACKE; SARATE; VALLEJOS, 2009).

Em sentido semelhante, as pesquisas sobre o desenvolvimento local também estão ocupando um espaço significativo no cenário acadêmico. Estas pesquisas inferem acerca da relação existente entre os ativos intangíveis, que englobam o capital social, o institucional, o humano, o cívico e o sinérgico (HADDAD, 2001). Boisier (1992) insiste na ideia de que, em longo prazo, o desenvolvimento de uma região depende da sua capacidade de se organizar social e politicamente a fim de modelar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), relacionando-se à disponibilidade das diferentes formas de capitais intangíveis.

Para Franco (2000) o desenvolvimento local procura identificar uma vocação e encontrar uma vantagem que possibilite aos indivíduos dessa localidade o acesso a diferentes oportunidades, além de uma participação democrática e responsável que acontece somente em ambientes democráticos e participativos. De acordo com Silva e Cândido (2009), para que uma situação de desenvolvimento local seja alcançada, é preciso que aconteça uma transformação social, política, cultural e econômica.

O estudo conjunto do capital social e do desenvolvimento local objetiva a verificação de sua importância e influência nas políticas e projetos que visam ao desenvolvimento local. Os estudos que relacionam esses dois conceitos são importantes por contribuírem com novos conhecimentos sobre os temas, além de auxiliarem na compreensão acerca da influência do capital social nos projetos de desenvolvimento local (SILVA; CÂNDIDO, 2009).

A abordagem do capital social muito tem a contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa teoria, pelos administradores públicos, pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem-sucedidas considerando o desenvolvimento regional. Dessa forma, o capital social pode evidenciar as políticas que devem ser evitadas, sob o risco de provocar um efeito não desejado. Assim, ele também pode “[...] alertar para os riscos de que certas políticas contribuem para a destruição do capital social e conseqüente piora das condições de vida dos cidadãos.” (MONASTÉRIO, 2002, p. 180).

Com o intuito de contribuir com o esclarecimento do tema capital social e desenvolvimento local e suas possibilidades de mensuração no ambiente regional, desenvolveu-se o presente estudo, objetivando a mensuração dos níveis de capital social de três SDRs.

## **2 REFERENCIAL**

### **2.1 CAPITAL SOCIAL**

Os estudos sobre o tema capital social, no decorrer dos anos, são abordados por diferentes áreas de conhecimento como a sociologia, as ciências políticas, a administração e a economia, buscando compreender as suas relações com o empreendedorismo, a economia social e os estudos regionais. Para Milani (2003), as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo são considerados fatores fundamentais do desenvolvimento local, tanto urbano quanto rural.

A difusão do conceito de capital social no meio acadêmico ocorreu em razão da valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica em introduzir uma dimensão normativa em sua análise; do reconhecimento dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital; do ambiente político-econômico emergente que levou a um reposicionamento dos papéis do Estado e da sociedade; da compreensão e da utilização transversal do termo capital social por diferentes disciplinas e o potencial de alavancagem política do conceito (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Desde o princípio o uso do conceito foi utilizado para elucidar uma gama de fenômenos sociais, no entanto, com o passar dos anos, os pesquisadores concentraram sua atenção não apenas no papel do capital social como influenciador do desenvolvimento do capital humano (COLEMAN, 1988), mas também na sua influência no desenvolvimento das regiões geográficas (PUTNAM; LEONARDI; NANETTI, 2002), e também no desenvolvimento das nações (FUKUYAMA, 2000).

No Quadro 1 estão elencados os principais conceitos de capital social no decorrer dos anos.

Quadro 1 – Utilização do conceito de capital social no decorrer dos anos

|      |                           |   |
|------|---------------------------|---|
| 1830 | Alexis de Tocqueville     | Observou um contraste entre a França e os EUA. Americanos formam associações. Possuem liberdade de imprensa, associações voluntárias e práticas de igualdade.   |
| 1916 | Lyda Judson Hanifan       | A comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer e econômicas, esse “capital social”, ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade. |
| 1950 | John Seeley               | Capital social assinala como o pertencimento de moradores suburbanos a certos clubes e associações facilitavam o acesso a outros bens e a direitos, ainda que simbólicos.   |
| 1960 | Jane Jacobs               | Enfatizar a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles e demonstrar como sólidas redes sociais em áreas urbanas de uso misto constituíam uma forma de capital social que encorajava a segurança pública.                        |
| 1970 | Glenn Loury<br>Ivan Light | Capital social foi utilizado para analisar o desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas.  |
| 1980 | Ekkehart Schlicht         | Utilizou o conceito para sublinhar a importância que a organização social e a ordem moral têm para o desempenho da economia.  |
| 1980 | Pierre Bourdieu           | Agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.  |
| 1980 | James Coleman             | Normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas ou erradas.  |
| 1984 | Albert Hirshman           | Capital social é aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança, logo, mais prosperidade.  |
| 1990 | Banco Mundial             | O capital social constitui uma cola que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.   |
| 1990 | Robert Putnam             | Debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos.   |
| 2000 | Francis Fukuyama          | Relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social.  |

Fonte: adaptado de Araujo (2003) e Vale et al. (2006).

O termo capital social, como se pode observar no Quadro 1, faz parte das pesquisas desde o início do século XIX. No entanto, somente a partir da década de 1990 o tema passou a receber maior destaque. Nessa época o Banco Mundial começou a utilizar o conceito de capital social vinculado às questões relacionadas à pobreza, bem como a sua utilização no processo de avaliação dos projetos a ele submetidos. Para o Banco Mundial, o capital social e a cultura são as “chaves para o desenvolvimento”, logo, seus projetos devem considerar os valores sociais do meio no qual será efetivado (ARAÚJO, 2003).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Diniz (2002, p. 1) o “desenvolvimento impõe autoconhecimento com o fim de implementar ações, o que pressupõe a motivação dos participantes com o fim de por em marcha um processo de mudança.” Busca-se, com este processo, a evolução das comunidades no que se refere à melhoria da condição de vida das pessoas que fazem parte desse grupo.

No Quadro 2 é possível visualizar a evolução histórica do conceito de desenvolvimento na esfera das Nações Unidas e de outras organizações internacionais. A difusão deste conceito, assim como das políticas de desenvolvimento praticadas nas últimas décadas e incorporadas por numerosos países justifica a utilização da denominação “era do desenvolvimento”, utilizada por Soares Junior e Quintella (2008).

Quadro 2 – Evolução histórica do conceito de desenvolvimento (continua)

| Período                               | Acontecimento   | Definição  |
|---------------------------------------|---|--|
| Final da primeira metade do século XX | Harry S. Truman   | Presidente americano que, em sua política internacional, destaca a importância de ampliar a ajuda técnica oferecida a alguns países da América Latina e a outras nações menos favorecidas.   |
| 1961                                  | Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).                 | Com sede em Paris, tem por finalidade a discussão, o desenvolvimento e o fomento de políticas econômicas e sociais de interesse de seus membros. Foi constituída por 29 países democráticos de elevado desenvolvimento industrial.   |
| 1964                                  | Criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad. | Criada em Genebra, na Suíça, tem como objetivo aumentar as oportunidades de comércio, investimento e progresso dos países em desenvolvimento, ajudando-os a enfrentar os desafios derivados da globalização e a se integrarem na Economia Mundial em condições equitativas.  |
| 1968                                  | Criação do Clube de Roma  | Formado por profissionais de diversas áreas e de diferentes países para a formação de uma livre associação de cientistas, tecnocratas e políticos, objetivava refletir e procurar soluções para diversos problemas do Globo. Publicou em 1972 o relatório “ <i>Limites do Crescimento</i> ” em que é reconhecida a finitude dos recursos naturais e a seriedade dos problemas que assolavam o meio ambiente. |
| Anos 1970                             | Declaração da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI)                             | Destaca a questão do desenvolvimento.  |

| Período | Acontecimento  | Definição  |
|---------|--|--|
| 1972    | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) | Realizada em Estocolmo, apontou os problemas de abastecimento futuro de energia como uma prioridade para a agenda internacional.   |
| 1987    | Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.                         | Publica o relatório “ <i>Nosso Futuro Comum</i> ”, ou o “ <i>Relatório Brundtland</i> ”, que mostrou a definição de desenvolvimento sustentável.   |
| 1992    | ECO-92   | Realizada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, trouxe o tema desenvolvimento para a agenda política internacional. Destacou-se nesse evento o conceito de desenvolvimento sustentável. Elaborou-se a Agenda 21.   |
| 1995    | Organização Mundial do Comércio (OMC)  | Tem por objetivo a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso ótimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional. |

Fonte: o autor.

## 2.3 EXPERIÊNCIAS DE DESCENTRALIZAÇÃO

Para este trabalho se observou a questão do desenvolvimento regional relacionado ao capital social em 18 municípios da região Extremo-Oeste catarinense. As análises procedentes dos dados coletados nos municípios perpassam pelo entendimento de desenvolvimento citado por Abramovay (2000), uma vez que se considera a “trama de relações históricas, configurações políticas e identidades” existentes nas regiões compreendidas pelas três SDRs em estudo. Dessa forma, o estudo realizado não se reduz a uma equação matemática ou algo semelhante, mas se propõe a investigar como os elementos do capital social permearam as relações sociais nas regiões e favoreceram o desenvolvimento.

Este desenvolvimento regional é resultado do confronto entre projetos de desenvolvimento e cooperação. Esta região é delimitada observando aspectos referentes à vocação econômica, cultura, história e língua (no caso de outros países). No Brasil, quatro Estados implementaram essa experiência baseada no modelo italiano das províncias: Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. No entanto, nenhuma tentativa brasileira chegou ao estágio de criação de um governo intermediário (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001).

No Estado de Santa Catarina, no ano de 1996, surgiram os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRIs). O primeiro foi criado na cidade de Chapecó, localizada no Oeste do Estado, como iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Destaca-se, acerca das Associações dos Municípios de Santa Catarina (existentes até hoje), que elas são resultado do processo de planejamento microrregional e desenvolvimento local integrado, incentivado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), criado em 1964, no primeiro ano do regime militar (BIRKNER, 2006).

A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina promoveu a mobilização dos prefeitos filiados à Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a fim de formar uma comissão e viajar para a Itália com o intuito de conhecer a experiência de desenvolvimento regional implementada no norte daquele país. Esta comissão percebeu, na região da Bolonha, condições socioeconômicas que se assemelhavam às da região Oeste catarinense, representando um modelo que poderia ser reproduzido. Assim, estabeleceu contato com o Instituto de Pesquisa Nomisma, que, posteriormente, foi contratado para realizar um estudo das potencialidades de desenvolvimento regional no Oeste catarinense (FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, 2009).

As constatações do estudo realizado pelo Instituto italiano evidenciaram dois problemas na região Oeste de Santa Catarina: a cultura individualista, que reflete em ações isoladas do empresariado e do poder público, e a distância existente entre o povo e as instituições de poder. A partir disso, constatou o Instituto ser necessária uma integração entre o setor público e a sociedade civil (BIRKNER, 2008).

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense em fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Estes fóruns, de caráter não governamental, perduraram nos anos de 1996 a 2002, quando, por iniciativa do Governo do Estado, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional a fim de assistirem as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al. (2010, p. 1), “[...] o processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público.” Conforme Birkner (2008), essa ação não se contrapôs aos fóruns, no entanto, tirou-lhes o papel de protagonistas, fazendo com que diminuíssem a participação da sociedade civil, objetivo da criação dos fóruns.

Assim, no ano de 2003 foi criada a primeira Secretaria de Desenvolvimento Regional, situada na cidade de São Miguel do Oeste, no Extremo-Oeste de Santa Catarina, fazendo divisa com a Argentina. Essa região ocupa uma área de 2.225,44 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada em 96.290 habitantes, abrangendo um total de 12 municípios: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Itapiranga, Paraíso, Santa Helena, São João do Oeste, São Miguel d'Oeste e Tunápolis (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

O Governo que atuou em Santa Catarina no período de 2003 a 2006 criou para o Estado uma estrutura governamental de descentralização político-administrativa. As SDRs passaram a atuar como “braços operacionais” do governo nas regiões do interior. Estas são coordenadas por um secretário geral, e as suas ações são definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Regional composto pelos prefeitos, presidentes da câmara de vereadores e dois representantes da sociedade civil dos municípios de abrangência da SDR (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009).

### 3 MÉTODO

A escolha do método deve ser coerente com a maneira como foram formulados o problema e os objetivos do projeto de pesquisa (ROESCH, 1999). Assim, nesta seção, são apresentadas

as características que se referem ao delineamento da pesquisa.

Em primeira instância a pesquisa realizou uma *survey* a fim de mensurar o nível de capital social nos municípios de abrangência das três SDRs, bem como fazer um levantamento dos indicadores socioeconômicos para corroborar a análise dos resultados encontrados. Posteriormente, foi realizada uma abordagem geral sobre os aspectos econômicos e sociais das Secretarias de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira com a finalidade de explicar, com base em fatos histórico-culturais, os cenários encontrados.

Para a mensuração do capital social nos municípios, utilizou-se a técnica de pesquisa por *survey*, ou seja, a mensuração de amostras por meio de questionários autoadministrados aplicados à comunidade (HAIR JUNIOR, 2007).

Os dados obtidos com esta pesquisa passaram por um tratamento quantitativo que permitiu medir a relação entre as variáveis (ROESCH, 1999) por meio da utilização de técnicas estatísticas para a realização do tratamento das informações numéricas ou amostras amplas (LAKATOS; MARCONI, 2008; RICHARDSON, 2008).

Assim, a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa foi realizada utilizando-se as seguintes técnicas descritas na sequência deste projeto: análise fatorial, análise de regressão e análise de variância. Os resultados foram analisados por meio do cruzamento dos dados utilizando o *software Statistical Package of Social Science* (SPSS) versão 17.0.

Por análise fatorial se entende como a técnica utilizada para “[...] sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número bem menor de variáveis e fatores.” (HAIR JUNIOR, 2007, p. 321). A análise de regressão, para Hair Junior (2007) talvez seja a técnica de análise de dados mais utilizada para a mensuração de relações lineares entre duas ou mais variáveis, bem como a força destas relações. Esta análise é caracterizada como um “[...] processo estatístico para analisar relações associativas entre uma variável dependente métrica e uma ou mais variáveis independentes.” (MALHOTRA, 2007, p. 459). Análise de variância (Anova) é um teste realizado para avaliar as diferenças estatísticas existentes entre as médias de dois ou mais grupos (Hair Junior, 2007). Com essa técnica é possível verificar se há diferença entre as médias dos grupos; no entanto, não identifica onde estão estas diferenças.

### 3.1 DEFINIÇÃO DA ÁREA E PLANO DE AMOSTRAGEM

Para a realização do cálculo que definiu o número de pessoas que fizeram parte da pesquisa, utilizou-se a técnica de amostragem estratificada, em que “[...] o número de objetos ou unidades de amostragem escolhidos em cada um dos grupos é proporcional ao número na população.” (AAKER, 2004). Para a obtenção do número de questionários que deveriam ser aplicados nos municípios abrangidos pelas SDRs de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, foram utilizados os dados referentes à contagem da população, realizada pelo IBGE no ano de 2007, que determinam o número de habitantes de cada município e a sua discriminação por gênero. A obtenção do número de questionários que deveriam ser aplicados foi definida considerando uma população finita de 151.854 habitantes. A confiança desejada para esta pesquisa foi de 95% e o erro amostral considerado foi de 0,05%. A amostra resultante foi de 385 participantes.

Optou-se por arredondar a amostra para 400 questionários distribuídos nos municípios de acordo com os dados do IBGE no que se refere ao número de habitantes, gênero, local de moradia, renda e escolaridade. No entanto, com o intuito de garantir a confiabilidade do instrumento, foram distribuídos 530 questionários, dos quais retornaram 512 e foram considerados válidos 499.

A distribuição dos questionários nos 18 municípios da região das três SDRs da fronteira Oeste catarinense observou a proporcionalidade referente ao número de habitantes, gênero e local de moradia. A proporcionalidade em relação ao gênero e ao local de moradia dos habitantes da região é próxima aos 50%. Por isso, optou-se por observar essa proporção entre os participantes da pesquisa: aproximadamente 50% do gênero feminino e masculino e, aproximadamente 50% dos moradores da zona urbana e rural.

Aspectos referentes à faixa etária e à escolaridade também foram observados a fim de que a pesquisa refletisse com maior fidedignidade as características da região.

Em relação à escolaridade foi considerada uma proporcionalidade de formação escolar para que todos os níveis fossem contemplados e que não houvesse uma maior participação de pessoas com uma determinada formação em detrimento de outra.

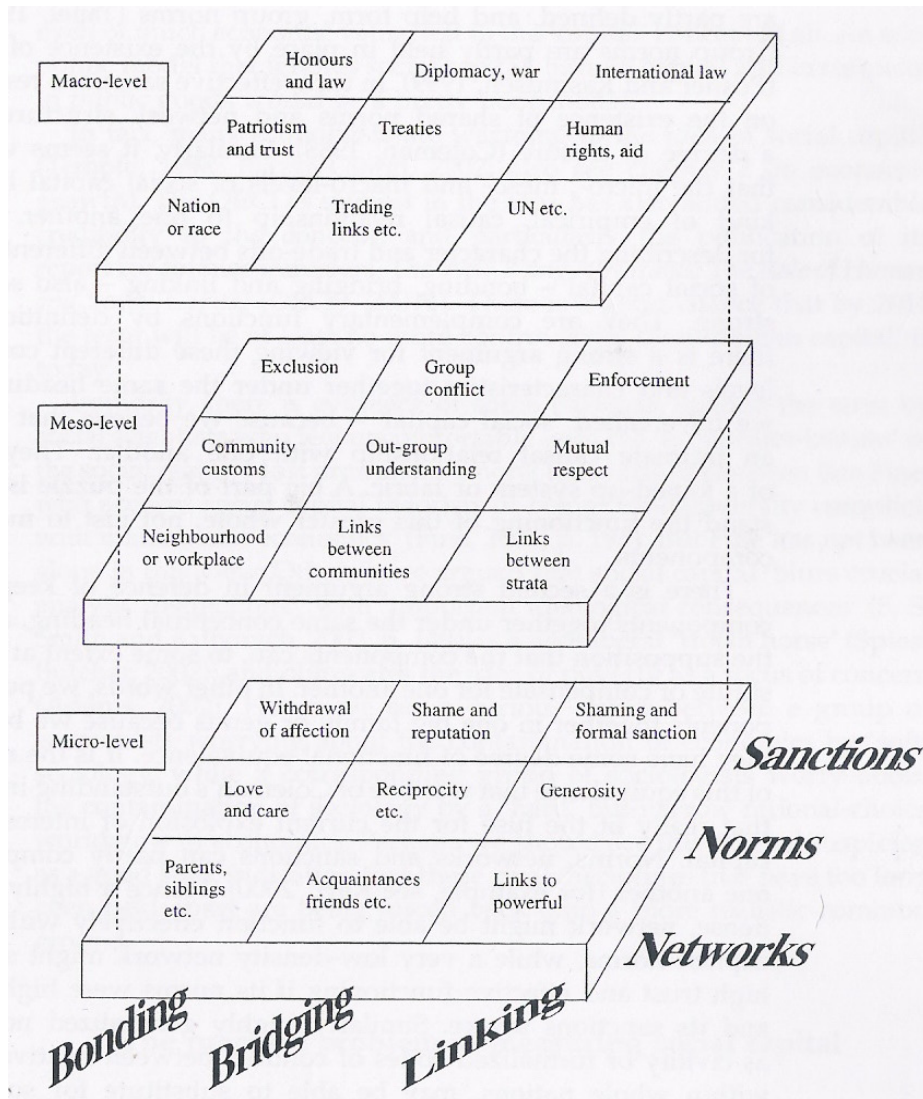
### 3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo teve por objetivo gerar informações relacionadas ao tema capital social. Foi aplicado nos 18 municípios objeto de estudo no período de junho a agosto de 2010. Os questionários foram distribuídos observando a proporcionalidade referente ao número de habitantes, gênero e local de moradia.

A utilização do instrumento criado baseado na matriz do capital social de Halpern (2008) tem como intuito o aprimoramento e a adaptação deste instrumento à realidade brasileira. Prezou-se pela inclusão de afirmativas de características histórico-culturais da região em que o questionário seria aplicado. Esse aspecto possibilitou um reflexo mais próximo da realidade dos municípios pesquisados.

Assim, o questionário aplicado nos 18 municípios que fizeram parte da pesquisa foi elaborado tendo como base a matriz conceitual do capital social elaborado por Halpern (2008) e com a experiência acumulada nas pesquisas anteriores do grupo TSO. Esta matriz engloba o que o autor chama de dimensões transversais do capital social, visualizada na Figura 1. O autor apresenta o conceito em três dimensões que abrangem: componentes (redes, normas e sanções), níveis de análise (micro, meso e macro) e funções (bonding, bridging e linking). Destaca-se que, para cada elemento das dimensões (por exemplo, o elemento parents, siblings, etc., pertencente ao nível micro, capital social do tipo bonding, característica de redes), buscou-se elaborar três questões. Dessa forma, o questionário foi composto por 63 questões, além das 14 gerais de identificação da população.

Figura 1 – Matriz conceitual do capital social



Fonte: Halpern (2008, p. 27).

Enfatiza-se que antes da aplicação definitiva do questionário foi realizado um pré-teste com 30 questionários. Este refere ao “[...] teste do questionário com uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais.” (MALHOTRA, 2007, p. 291).

Por meio da aplicação do questionário, em uma pequena amostra, foi possível identificar falhas na redação do questionário assim como verificar a complexidade das questões para o público que se pretendeu investigar. Foi possível também verificar se a sequência adotada era favorável para responder às questões, se os dados eram passíveis de análise e se os resultados obtidos tinham sentido (GIL, 1999; ROESCH, 1999).

## 4 RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ESTUDADA

A região objeto de estudo desta pesquisa é constituída pelas três SDRs do Extremo-Oeste catarinense: Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Esta região tem sua popula-

ção distribuída em faixa etária cujo maior percentual se encontra entre 10 e 19 anos (no ano de 2007). Os questionários aplicados à população das três SDRs observaram essa distribuição.

Os dados relativos à população da região da SDR de Itapiranga demonstram que houve um aumento de 5,05% na população da região (dados comparativos dos anos 2000 e 2010). Na SDR de São Miguel do Oeste o aumento populacional foi de 2,63% nesse período e, na região da SDR de Dionísio Cerqueira a variação nos anos de 2000 e 2010 foi negativa (-0,58%).

O número de habitantes discriminado por gênero demonstra que a população masculina e feminina se equilibra em aproximadamente 50% nos municípios da região, aspecto que justifica a utilização, na amostra da pesquisa, de 50% de pessoas do gênero masculino e 50% do gênero feminino (SEBRAE, 2010).

No que diz respeito ao local de moradia da população da região, tem-se que 44,4% das pessoas residem na zona urbana e 55,6% habitam as áreas rurais. Na região da SDR de Itapiranga, até o ano 2007 a maioria da população residia na zona urbana. Essa estatística se inverteu nos últimos anos, demonstrando, no último censo, que a maioria da população dos municípios da região passou a residir na região rural.

Somente no município de São Miguel do Oeste a maioria da população reside no meio urbano. Nos demais municípios a maior parte da população é rural.

Na população da região da SDR de Dionísio Cerqueira, 58% das pessoas residem na zona urbana e 42% habitam as áreas rurais. Nos municípios se pode observar que até o ano 2000, com exceção do município de Dionísio Cerqueira, a maioria da população residia na zona rural. Essa estatística se inverteu nos últimos anos nos municípios de Guarujá do Sul, Palma Sola e São José do Cedro. Nos municípios de Anchieta e Princesa a maioria da população está no meio rural.

#### 4.2 MENSURAÇÃO DOS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL DE TRÊS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

As regiões das SDRs analisadas apresentaram comportamentos distintos nos níveis de capital social mensurados. Houve diferenças no nível micro *bonding*, *linking* e *bridging*.

Tabela 1 – Comparativo das SDRs e os níveis de capital social

|             | SDR Itapiranga |        | SDR São Miguel do Oeste |        | SDR Dionísio Cerqueira |        | Média fator |
|-------------|----------------|--------|-------------------------|--------|------------------------|--------|-------------|
|             | média          | desvio | média                   | desvio | média                  | desvio |             |
| Micro       |                |        |                         |        |                        |        |             |
| * Bonding   | 4,19           | 0,449  | 4,02                    | 0,509  | 3,99                   | 0,695  | 4,05        |
| * Bridging  | 3,92           | 0,494  | 3,94                    | 0,456  | 4,05                   | 0,471  | 3,97        |
| * Linking   | 3,68           | 0,72   | 3,78                    | 0,805  | 3,94                   | 0,769  | 3,8         |
| Média nível |                | 3,93   |                         | 3,91   |                        | 3,99   |             |
| Meso        |                |        |                         |        |                        |        |             |
| Bonding     | 2,09           | 0,442  | 2,01                    | 0,554  | 1,96                   | 0,498  | 2,01        |
| * Bridging  | 3,65           | 0,547  | 3,48                    | 0,554  | 3,5                    | 0,563  | 3,53        |
| Linking     | 1,78           | 0,389  | 1,83                    | 0,445  | 1,81                   | 0,409  | 1,81        |
| Média nível |                | 2,51   |                         | 2,44   |                        | 2,42   |             |
| Macro       |                |        |                         |        |                        |        |             |
| Bonding     | 1,92           | 0,47   | 1,92                    | 0,464  | 1,83                   | 0,471  | 1,89        |
| * Bridging  | 3,51           | 0,496  | 3,35                    | 0,555  | 3,5                    | 0,6    | 3,44        |
| Linking     | 1,96           | 0,509  | 1,91                    | 0,468  | 1,93                   | 0,462  | 1,93        |
| Média nível |                | 2,46   |                         | 2,39   |                        | 2,42   |             |
| Média SDR   |                | 2,97   |                         | 2,91   |                        | 2,94   |             |

\* Nota: testes de médias com diferença significativa ( $p < 0,05$ ).

Fonte: o autor.

A SDR de Itapiranga obteve maior média no nível micro do capital social do tipo *bonding*. Nessa região, há maior prevalência de relações entre grupos homogêneos, como familiares, amigos próximos e comunidades fechadas, em uma convivência “voltada para dentro”, reforçando a identidade entre os membros (MONASTÉRIO, 2002). O nível micro enfatiza os laços fortes intracomunitários, a identidade e os projetos comuns.

Esse resultado demonstra que na região da SDR de Itapiranga os laços fortes estão muito presentes. De acordo com Granovetter (1985), estes laços, formadores da conexão social, são formados por uma combinação de tempo, intimidade, intensidade emocional e serviços recíprocos. Aspectos histórico-culturais referentes à colonização e aos costumes e tradições preservados no decorrer dos anos na região justificam esse comportamento.

Para Putnam, Lianardi e Nanetti (2002), esse tipo de capital social propicia a criação de um ambiente de lealdade e reciprocidade entre seus membros, tendo grande utilidade na resolução de problemas de ação coletiva e para o mútuo apoio dentro dos grupos.

No nível micro, a região da SDR de Dionísio Cerqueira apresentou menor estoque do capital social do tipo *bonding* e maior estoque do capital social dos tipos *linking* e *bridging*.

O capital social do tipo *linking* para tal região parece indicar que nela há governos permeáveis às questões provenientes dos estratos inferiores da pirâmide social. A capacidade de alavancar recursos, ideias e informações das instituições formais, além da comunidade, é uma função fundamental desse tipo de capital social. Este nível reflete que o voluntariado está mais presente nesta região.

O *bridging social capital* reflete uma região que, apesar das diferenças sociais, há confiança entre pobres e ricos, compartilhando informações. A mensuração do capital social demonstrou que as pessoas dos municípios da SDR de Dionísio Cerqueira demonstram manter relacionamentos que transpassam “[...] as fronteiras sociais, e as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais.” (MONASTÉRIO, 2002, p. 30). Com esse tipo de capital social a região da SDR de Dionísio Cerqueira demonstra a tendência de atrair pessoas e grupos de diferentes círculos e contextos sociais; no entanto, não se estabelecem nestes grupos relações de laços fortes.

O fato de ser uma região de fronteira, por onde passa um grande volume de pessoas e cargas com destino aos Estados localizados ao Norte do Estado catarinense, à Argentina e, pessoas que entram em Santa Catarina; trazem características próprias para a região. A concentração de Órgãos Públicos que objetivam o controle de trânsito entre os Estados e países faz com que a observação das normas seja uma constante nesta região.

No nível meso, em que há a prevalência dos laços fracos e a participação dos indivíduos em redes sociais extra-comunitárias, a região da SDR de Itapiranga apresentou as maiores médias nos tipos de capital social *bridging*. Para Putnam, Lianardi e Nanetti (2002), o capital social do tipo *bridging* reforça as características inclusivas, ou seja, tendem a atrair indivíduos e grupos de diferentes meios e contextos sociais com as quais não estabelecem ligações fortes.

O capital social do tipo *bridging* enfatizou que na região desta SDR há grande presença de ações de associativismo. O fomento ao associativismo e às organizações sociais são ações previstas no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Estas ações têm como objetivos:

[...] apoiar a organização social de atores, objetivando a gestão compartilhada do desenvolvimento, estimulando a sinergia de ações, o comprometimento e a capacidade de identificação e o encaminhamento de demandas, por meio da formação de capital social, incluindo o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada; ampliar a viabilidade e a sustentabilidade das atividades produtivas da Faixa de Fronteira, fortalecendo o associativismo e ou o cooperativismo como opção de organização social e produtiva. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010, p. 46).

Aspectos relativos à migração proporcionaram à região essa característica. No princípio da colonização, as pessoas (das colônias velhas) que possuíam acesso a um imigrante no destino poderiam encontrar a fonte de apoio necessária para a concretização do projeto de migrar. Os laços sociais tiveram grande influência nesse processo colonizador, uma vez que se a rede pessoal de um indivíduo não ultrapassasse o limite de fronteira possivelmente ele permaneceria na região em que estava.

Assim, o capital social exerceu uma função seletiva. A inserção em redes sociais possibilitava ao indivíduo sua inserção na associação que promoveu a colonização da região, assim como o pertencimento a um grupo social.

Ao se tornarem imigrantes, essas pessoas não rompem suas relações com a origem: ao contrário, cultivam os vínculos por meio de remessas financeiras, contatos por carta, telefone, ou internet, visitas eventuais, etc. As notícias que circulam por meio desses contatos, se positivas, têm o poder de incrementar o volume migratório, mas somente nos limites dos grupos envolvidos. Com o passar do tempo, outros grupos passam a fazer parte dos “escolhidos”, pois as redes pessoais são estruturas dinâmicas, que eventualmente acrescentam ou removem contatos de seu conjunto. Uma nova conexão, como um novo amigo, é um laço do tipo fraco, que tem o poder de conectar duas ou mais redes pessoais diferentes. O movimento migratório se expande, portanto, como uma mancha que se espalha por um tecido, ampliando sua área a partir de um ponto específico. (FUSCO, 2007, p. 69).

No século XX a colonização do Oeste catarinense ocorreu no sentido dos meridianos (com fluxos provindos do Rio Grande do Sul e Paraná), e não no sentido Leste-Oeste. Essa região do Estado de Santa Catarina foi a última a ser colonizada, tendo na extração da madeira a sua principal atividade econômica.

Os primeiros habitantes desta região foram os caboclos e “bugres”, posteriormente “substituídos” pelos migrantes provindos principalmente do Rio Grande do Sul (descendentes de alemães, italianos e poloneses, ou seja, segunda ou terceiras gerações de migrantes europeus). Para Alves e Mattei (2006) a região apresenta as características de terras que foram colonizadas de acordo com um modelo de minifúndio de estrutura agrária, tendo a produção baseada em culturas diversificadas para a subsistência (milho, arroz, feijão) e a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves. A partir dessa organização agrária em minifúndios foi possibilitada a implantação de agroindústrias que se desenvolveram e cresceram formando os sistemas de integração.

Até a década de 1960 os colonos da região viviam em um sistema de agricultura de subsistência com pouca produção de excedentes. O cotidiano era regido pelas recomendações da Igreja no que diz respeito à educação e ao trabalho, com limitações econômicas, culturais e ideológicas.

A elevação espiritual ocorria pelo trabalho e pela conquista de uma vida melhor para a família. O convívio em comunidade e o espírito empreendedor permeavam o cotidiano dos colonos e, de certa forma, foram subjetivados no inconsciente das gerações que desses pioneiros descendem (CHAUÍ, 1990).

A organização da população em mutirões e associações foi importante no sentido de construir o espaço onde seria instalada a sede da comunidade e na realização dos trabalhos cotidianos. Na região, os principais meios econômicos foram construídos tendo por princípio as necessidades apontadas por meio de um levantamento socioeconômico realizado sob patrocínio da Caixa Rural União Popular (cooperativa de crédito da época). Com este levantamento foi possível apontar, com base em aspectos geográficos, culturais e econômicos, três necessidades municipais: um frigorífico, uma escola agrícola e uma indústria de laticínio. A necessidade de um frigorífico se justificava pela grande produção de suínos na região que, pela dificuldade em transportar e comercializar esta produção (considerando o poder de barganha dos demais frigoríficos na compra dos suínos da região), acabava vendido por preços inferiores. A escola agrícola, construída na comunidade de Sede Capela, servia de suporte na formação de mão de obra especializada para auxiliar os produtores rurais e a própria indústria que se constituiria. Já a indústria de laticínios se mostrava como uma necessidade pela grande bacia leiteira que existia na região (JUNGBLUT, 2000).

Com base nesses dados foi iniciada a empreitada em busca de fundos para a construção do frigorífico que resultou na Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita). A princípio, a Safrita seria constituída como uma cooperativa, mas como os produtores rurais estavam descapitalizados, considerando as dificuldades dos últimos cinco anos (não terem produção mínima e os preços não ajudavam), então se optou pela criação de uma empresa de sociedade anônima em que era dada preferência para os produtores (HAHN, 2005).

Consideradas como um dos cinco eixos industriais e econômicos do Estado no ramo industrial, as agroindústrias situadas na região Oeste catarinense são responsáveis por gerar 49,4 mil empregos em 2.577 indústrias (alimentares e de bebidas) (Ribas Junior, 2001). Os outros quatro eixos industriais e econômicos situados no Estado são: eixo mineral, eletrometal-mecânico, têxtil e do vestuário e florestal.

As organizações associativas são uma constante nesta região. As festas religiosas, as feiras e as festas étnicas são organizadas com o envolvimento e a participação voluntária de pessoas da comunidade e da região.

No nível macro as médias mais altas estão presentes na SDR de Itapiranga. Neste nível as ações cooperativas e o diálogo entre as instituições e a sociedade são favorecidos. A SDR de São Miguel do Oeste obteve média alta no *bonding social capital*, enfatizando o patriotismo e a confiança na nação. As médias baixas nos tipos *bridging social capital* e *linking social capital* apontam que na região as pessoas valorizam e respeitam a diversidade existente entre os grupos que formam esta SDR.

A região da SDR de São Miguel do Oeste é conhecida como uma região de passagem de pessoas de diferentes origens. Na região está localizada a BR-282 que dá acesso ao Estado do Paraná e à Argentina. Por ela passam produtos transportados por via rodoviária de origem gaúcha, paranaense e argentina. O fato de a tolerância à diversidade estar mais presente nesta região pode ser justificado nessa característica regional.

A SDR de Dionísio Cerqueira apresentou média alta no *bridging social capital*, o que representa o que já foi mencionado, a observação aos tratados e às relações comerciais.

Os resultados encontrados na mensuração do capital social podem ser visualizados também nos indicadores econômicos analisados no decorrer da pesquisa. Pode-se observar que a região que obteve as maiores médias nos níveis de capital social também apresenta destaque nos indicadores, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Classificação das SDRs de acordo com a média dos indicadores

|   | SDR de Itapiranga | SDR de São Miguel do Oeste | SDR de Dionísio Cerqueira |
|---|-------------------|----------------------------|---------------------------|
| Variação da população 2000/2010             | 5,05              | 2,63                       | -0,58                     |
| Classificação estadual do IDH-M (média)     | 106 <sup>a</sup>  | 182 <sup>a</sup>           | 199 <sup>a</sup>          |
| IDH-M                                       | 0,806             | 0,78                       | 0,772                     |
| IDH-E                                       | 0,921             | 0,871                      | 0,834                     |
| IDH-L                                       | 0,859             | 0,816                      | 0,8                       |
| IDH-R                                       | 0,67              | 0,653                      | 0,66                      |
| Classificação nacional IDEB – anos iniciais | 89 <sup>a</sup>   | 1005 <sup>a</sup>          | 1196 <sup>a</sup>         |
| Classificação nacional IDEB – anos finais   | 176 <sup>a</sup>  | 598 <sup>a</sup>           | 923 <sup>a</sup>          |
| PIB <i>per capita</i>                       | 217,49            | 199,77                     | 206,77                    |
| Classificação estadual PIB (média)          | 163 <sup>a</sup>  | 192 <sup>a</sup>           | 160 <sup>a</sup>          |

Fonte: o autor.

Os indicadores analisados (Variação da população, IDH-M, IDH-Longevidade, IDH-Renda, IDH-Educação, IDEB e PIB) apresentaram os melhores resultados na região da SDR de Itapiranga. Nesta região, foram encontradas também as melhores médias na mensuração do capital social, confirmando as constatações dos estudiosos de que, havendo melhoria dos indicadores (diminuindo a desigualdade), há melhoria nos estoques de capital social.

A educação apresentou bons resultados da SDR de Itapiranga, demonstrando a atenção dispensada à educação nesta região. Para o Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL, 2011), o conhecimento é um fator de diferenciação, não somente no nível macro, que determina o grau de desenvolvimento das sociedades, mas também no nível micro, que aponta o desenvolvimento individual. O investimento em educação gera benefícios econômicos e sociais quando proporciona um incremento na produtividade, no surgimento de novas competências, na competitividade entre as empresas e na empregabilidade dos cidadãos, resultando na inclusão social. Por um lado a formação e a qualificação dos recursos humanos é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento, por outro, a sociedade do conhecimento influencia o processo de aquisição de conhecimento e de competências.

A região da SDR de Dionísio Cerqueira, com exceção do valor do PIB *per capita*, apresentou os resultados mais baixos das três regiões analisadas (os indicadores de desenvolvimento humano do município, longevidade, renda e educação, estão no patamar considerado de médio desenvolvimento) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010). Nesta re-

gião, pode-se observar que há maiores médias nos níveis de estoque do capital social dos tipos *bridging* e *linking*, havendo um maior envolvimento extracomunitário e institucional. Comparativamente à região da SDR de Itapiranga, pode-se afirmar que as características da colonização podem ter tido alguma influência nesses aspectos. As disputas territoriais (Brasil e Argentina, Santa Catarina e Paraná) que aconteceram nesse território e o processo colonizador (que não foi idealizado e realizado com base em uma “imunidade étnica” ou “colmeia étnica”) podem interferir no sentimento de pertencimento e na identificação das pessoas com a região.

A localização da região da SDR de Dionísio Cerqueira em um território de fronteira (onde existe o Marco das Três Fronteiras, em que se pode colocar um pé no Paraná, outro em Santa Catarina e esticar o braço em território argentino), foi rota de passagem, em 1636, das Bandeiras Paulistas e, por volta de 1759, das expedições portuguesas e espanholas que percorreram o Rio Peperi-Guaçú. A definição de Dionísio Cerqueira como pertencente ao Estado de Santa Catarina ocorreu com o fim da Guerra do Contestado, em 1916.

A região constituía uma rota internacional de comércio, basicamente de erva-mate. A partir de 1946, com a passagem dos migrantes gaúchos, o desenvolvimento econômico passou a receber maior impulso, principalmente em atividades de extrativismo e exportação da madeira. A maioria dos migrantes era das etnias alemã, italiana e portuguesa, e de grande número dos chamados “caboclos”, advindos inclusive da região de conflitos do Contestado (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

A instalação do Porto Seco em 2003, Ponto de Fronteira Alfandegado, único integrado entre dois países em território brasileiro, favoreceu a passagem de maior fluxo de pessoas e cargas nessa região. O Porto Seco é a principal rota interoceânica, sendo a rota que possui as menores distâncias entre as principais metrópoles do Mercosul. Dionísio Cerqueira possui a única passagem terrestre de Santa Catarina com o Mercosul, aumentando o número de importações e exportações (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 2010).

## 5 CONCLUSÃO

Para atingir os objetivos da pesquisa se fez necessária a especificação de técnicas estatísticas próprias. Assim, foram especificados os pressupostos e os resultados esperados para que cada objetivo pudesse ser atingido com satisfação e com contribuições significativas ao estudo.

Por meio dessas análises foi possível responder o objetivo geral ao qual se propôs esta pesquisa: mensurar os níveis de capital social de três Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina. A partir das tabelas elaboradas em que constam as médias dos níveis do capital social em cada SDR, pode-se observar que as regiões com os melhores resultados nos indicadores possuem também as melhores médias nos níveis do capital social.

A relação entre o capital social e o desenvolvimento já é defendida por Woolcock (2001), quando afirma que comunidades com alto grau de confiança, cooperação e coesão interna têm um forte impacto no crescimento econômico. A homogeneidade nos grupos e etnias que compõem estas comunidades favorece a construção do capital social e a harmonia. As desigualdades diminuem os estoques de capital social, afetando fortemente a economia da população.

Assim, as regiões estudadas, embora consideradas em nível estadual entre as mais pobres, apresentaram médias de indicadores próximos. A região que obteve maiores médias do capital social foi a SDR de Itapiranga, seguida da SDR de São Miguel do Oeste e da SDR de Dionísio Cerqueira.

A SDR de Itapiranga tem como principal característica a homogeneidade de sua população, destacando-se pelos grupos “fechados”, próprios do capital social do tipo *bonding*.

A SDR de São Miguel do Oeste também possui características de população homogênea, porém de menor intensidade, em razão das oportunidades empresariais geradas pela localização geográfica da região, que propicia o recebimento de pessoas de diferentes regiões (agroindústrias, universidade, exército).

Na região da SDR de Dionísio Cerqueira a característica de fronteira está mais presente em decorrência da constante presença de fiscalização federal e estadual na aduana (apesar de toda a região estudada estar localizada em território de fronteira). A homogeneidade da população nesta região se mostra ainda menor por causa da presença de pessoas provindas de diferentes regiões do país (concuradas em Órgãos Federais e Estaduais de fiscalização de fronteira).

Assim, considera-se que a cultura também tem forte influência na manutenção da coesão social. Pela cultura as pessoas podem se reconhecer, crescendo juntas e desenvolvendo a autoestima coletiva. Os valores culturais são de grande importância para o desenvolvimento, uma vez que servem como força coesa nos momentos em que há a possibilidade de enfraquecimento da comunidade. O capital social e a cultura podem ser respeitáveis alavancas para o desenvolvimento se condições adequadas para o seu aprimoramento forem instituídas.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES AOS GESTORES PÚBLICOS

A abordagem do capital social desta dissertação, relacionado ao desenvolvimento regional, demonstrou ser esse conceito passível de discussão interdisciplinar. Essa teoria permite inferir que o futuro de seus estudos seja otimista, uma vez que muito há para ser explorado e explicado. Aspecto interessante de ser ressaltado é a possibilidade que tal conceito propicia ao diálogo com diferentes linhas teóricas, permitindo uma compreensão sistêmica da realidade, aspecto que seria prejudicado no caso de estudos isolados.

O presente trabalho pretendeu operar no sentido de levar ao meio acadêmico o estudo de questões empíricas observadas na região da fronteira Oeste do Estado de Santa Catarina. A relação entre as áreas Administrativa, Sociológica e Histórica presentes neste estudo, mostraram-se como formas de superar as barreiras disciplinares, promovendo um encontro de distintas pesquisas, característica central da teoria do capital social. Assim, esta dissertação teve singular papel de contribuir para a disseminação da teoria do capital social.

Putnam, Leonadi e Nanetti (2002) defendem a tese de que quanto maior o capital social e a cultura cívica dos indivíduos de dada região, maior será também o seu desenvolvimento econômico. O entendimento dessa premissa do capital social e do desenvolvimento pelos gestores permite que suas ações convirjam em resultados favoráveis e de bom grado à comunidade. Ações que estimulem a participação da população no debate e busca de soluções para problemas comuns promovem o engajamento cívico e a percepção de que a comunidade tem um papel

fundamental nas questões administrativas. A promoção do engajamento cívico, os estímulos à solidariedade e às ações cooperativas são importantes princípios que devem ser valorizados e promovidos nas comunidades cívicas. Por isso, pode-se afirmar que em uma comunidade cívica há coesão social, harmonia política e bom governo.

Os municípios que fazem parte das três SDRs da fronteira Oeste catarinense demonstraram ter como característica a organização em redes sociais informais e formais que resultaram em um importante estoque de capital social. Assim, afirma-se que o capital social pode constituir em importante fator que coopera para o avanço econômico e social adquirido por uma comunidade, por uma região ou por uma nação.

A abordagem do capital social muito tem a contribuir para a compreensão do desenvolvimento das regiões. O conhecimento dessa teoria pelos administradores públicos pode caracterizar um ponto de partida para o planejamento de intervenções bem-sucedidas considerando o desenvolvimento regional. Dessa forma, o capital social pode evidenciar as políticas que devem ser evitadas, sob o risco de provocar um efeito não desejado. Assim, ele também pode “[...] alertar para os riscos de que certas políticas contribuem para a destruição do capital social e conseqüente piora das condições de vida dos cidadãos.” (MONASTÉRIO, 2002, p. 180).

Assim, ressalta-se que devem ser fortalecidas todas as políticas que proporcionam um equilíbrio entre os três tipos de capital social: *bonding*, *bridging* e *linking*. Desse modo, devem ser evitadas aquelas políticas que promovem os desequilíbrios no capital social. Assim, são consideradas importantes as ações que promovem as atividades em grupos, inserindo as pessoas no contexto de discussão de ideias e manutenção da cultura e hábitos das comunidades, como grupos de idosos, grupos de mães, grupos de mulheres agricultoras, grupos de damas, grupos promovidos pelos clubes, a exemplo de grupos de jogos (bochas, baralho, bolão), entre outras possibilidades. Interessante seria a promoção da integração entre os diferentes grupos, como a transmissão de habilidades das pessoas dos grupos de idosos para grupos de estudantes e vice-versa. Com isso, há a possibilidade de preservação e manutenção das características culturais das comunidades, além da integração entre diferentes grupos.

Outra ação que poderia ser promovida nas comunidades seria a formação de associações nas comunidades e bairros. Essas associações teriam suas atividades focadas nos interesses locais, partindo das necessidades percebidas pelos próprios moradores, como preservação ambiental, recolha e seleção do lixo, reciclagem, cuidados com a segurança, ornamentação e preservação dos espaços públicos, entre outras.

Assim, considera-se finalmente, baseado em Coleman (1990), que existem algumas relações sociais que favorecem a criação e o fortalecimento do capital social nas comunidades. A associação dos indivíduos propicia a formação de relações de confiança mútua que pode ser direcionada para a conquista de objetivos comuns. Um aspecto interessante apontado pelo autor é que o capital social, ao contrário de outras formas de capital, não se desgasta com o uso, mas se fortalece, tornando as relações mais duradouras quando continuamente ativadas. De maneira geral, pode-se afirmar que o fomento destas relações, além de promover o capital social, poderá proporcionar também o desenvolvimento da região.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Estudos mais específicos e detalhados ainda são necessários para que haja uma melhor compreensão da influência que o capital social possui no desenvolvimento da região da fronteira Oeste catarinense. Sua expansão para outras regiões com essa característica podem resultar em visualizações de diferentes práticas políticas que proporcionem um maior desenvolvimento e integração entre as regiões.

Por isso surgem novas possibilidades para pesquisas futuras e complementares a este estudo:

- a) testar o instrumento em outros contextos dentro e fora do Brasil;
- b) testar o instrumento em outras regiões com características de imigração semelhantes;
- c) fazer estudos longitudinais de medição de capital social, acompanhamento ao longo dos anos a evolução deste, comparando com os enfoques das políticas públicas para cada época;
- d) analisar a influência das etnias colonizadoras nos estoques de capital social encontrados nas regiões das SDRs estudadas. Sabe-se que a cultura tem forte influência na manutenção da coesão social. Pela cultura as pessoas podem se reconhecer, crescendo juntas e desenvolvendo a autoestima coletiva. Os valores culturais são de grande importância para o desenvolvimento, uma vez que servem como força coesa nos momentos em que há a possibilidade de enfraquecimento da comunidade. O capital social e a cultura podem ser respeitáveis alavancas para o desenvolvimento se condições adequadas para o seu aprimoramento forem instituídas;
- e) analisar a contribuição dos eventos típicos das cidades, como festas de *kerb*, festa do padroeiro e *Oktoberfest* possuem no processo de construção do discurso de identidade dos municípios da região Extremo-Oeste de Santa Catarina.

### *The social capital and regional development in three of the Far West catarinense SDRs*

#### *Abstract*

*The concept of social capital related to the economic development of regions and countries began to gain importance in 1990 with researcher Robert Putnam. The development of this research was initially inspired by the approaches of Putnam and his work in the regions of Italy. In addition to the social capital approach were analyzed aspects related to indicators of local development and economic development of areas surveyed. This research aimed to measure levels of social capital linking them with the socio-economic indicators of three Secretaries of State for Regional Development of Santa Catarina. This process took place through the conducting qualitative research in the municipalities belonging to the Departments of Regional Development Itapiranga located in the municipalities of São Miguel do Oeste and Dionísio Cerqueira. The choice of these micro-regions for the study took place, not only the peculiarities of the process of settlement and development of the Far West region of Santa Catarina that confer significant attributes and differences in the region to be analyzed, but also because they belong to the same group of*

*municipalities, the Association of Municipalities of the Far West of Santa Catarina (AMEOSC). To achieve the goal of the research was conducted a descriptive research with quantitative character, using the method of survey research. The questionnaire applied to the population observed a sample proportional to the number of inhabitants in each municipality. The survey results show that the general goal was confirmed, since it was possible to visualize the relationship between indicators of regional development and social capital in the regions analyzed.*

*Keywords: Social capital. Local development. Itapiranga. Sao Miguel do Oeste. Dionísio Cerqueira.*

## REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, 2000.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**: proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

ALVES, P. A.; MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações no Oeste catarinense**: História e Elementos Explicativos. 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_598.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_598.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2011.

ARAÚJO, M. C. S. D. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BIRKNER, W. M. K. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Blumenau: Furb, 2006.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: estudo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 297-311, 2008.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico. **Rev. Redes**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 4, n. 1, 1992.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CENTRO DE FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. Disponível em: <<http://cfc.ul.fc.ul.pt/>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

CHAUÍ, Marilena de S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94, p. 95-120, 1988.

DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate. Painéis do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. 2009.

FÓRUM CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.forumcat.org.br>>. Acesso em: 19 dez. 2009.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Política Millennium, 2000.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FUSCO, W. **Capital Social e Dinâmica Migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de serviço social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

GRANOVETTER, M. S. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HADDAD, P. R. Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**, ano 1, n. 2, ago./nov. 2001.

HAHN, Mauro. **Capital Social e Estratégias de Desenvolvimento Econômico na Microrregião de Itapiranga (SC)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

HAIR JUNIOR, J. F. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

HALPERN, David. **Social Capital**. Cambridge: Polity Press, 1998.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 12 jan. 2010.

JUNGBLUT, R. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco-Íris, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MACKE, J.; SARATE, J. A. R.; VALLEJOS, R. V. Collective competence and social capital: a proposal of a model for collaborative network analysis. In: CALLAOS, N. et al. (Org.). **International Institute of Informatics and Systemics**, v. 1, p. 306-311, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: CONFERÊNCIA REGIONAL ISTR-LAC, 4., 2003, San José. **Anais...** San José, 2003. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <[www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)>. Acesso em: 12 mar. 2010.

MONASTÉRIO, L. M. **Capital social e a região Sul do Rio Grande do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

REINA, D. et al. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/382.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Extremo-Oeste**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SILVA, O. A. C. da; CÂNDIDO, G. A. A influência do capital social em projetos de desenvolvimento local: um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras – PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 8, n. 1, 2009.

SOARES JUNIOR, J. S.; QUINTELLA, R. H. Instrumentalização do desenvolvimento: teorias, conceitos e indicadores. **O&S**, v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.

VALE, G. M. V.; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. Capital Social e suas Implicações para o Estudo das Organizações. **O&S**, v. 13, n. 36, p. 45-63, jan./mar. 2006.

WOOLCOCK, M. La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales. **Development Research Group**. Washington, DC: The World Bank, 2001.